

HABEAS CORPUS Nº 515.192 - SP (2019/0167489-9)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
LUANA BARBOSA OLIVEIRA - MG134138
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : MIKE GRANADO (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido liminar, impetrado em favor de **MIKE GRANADO**, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Na origem, condenação à pena de 1 ano e 8 meses, em regime aberto, pela prática do crime de tráfico ilícito de entorpecentes, na modalidade privilegiada.

O TJSP negou provimento ao apelo defensivo e acolheu a pretensão ministerial, redimensionando a pena para 4 anos e 2 meses de reclusão, no regime fechado.

Neste *writ*, alega constrangimento ilegal pela alteração da fração redutora, porquanto faz jus à minorante no seu grau máximo (2/3), de modo a expiar a pena no regime mais brando, substituindo-se, por consequência, a reprimenda.

Requer, liminarmente, a expedição de alvará de soltura.

No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja revogada a prisão preventiva.

É o relatório.

Decido.

A concessão de liminar em *habeas corpus* constitui medida excepcional, uma vez que somente pode ser deferida quando demonstrada, de modo claro e indiscutível, ilegalidade no ato judicial impugnado.

Na espécie, sem qualquer adiantamento do mérito da demanda, não vislumbro, ao menos neste instante, a presença de pressuposto autorizativo da concessão da tutela de urgência pretendida.

Ademais, a matéria pleiteada em liminar confunde-se com o mérito. Para preservação do princípio da colegialidade, não é recomendável que seja deferida tutela de urgência que se confunde com o mérito da pretensão formulada no *habeas corpus* (HC 306.389/SP, Rel. Ministro Jorge Mussi, DJe de 14.10.2014; HC 306.666/SP, Rel. Ministro Sebastião Reis Júnior, DJe de 13.01.2014; HC 303.408/RJ, Rel. Ministro Rogerio Schietti Cruz, DJe de 15.09.2014; HC 296.843/SP, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, DJe de 24.06.2014).

Assim, **indefiro** o pedido de liminar.

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2689 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 12 de Junho de 2019 Publicação: Quinta-feira, 13 de Junho de 2019

Devidamente instruídos, encaminhem-se os autos ao Ministério Público
Federal.

Após, tornem-me conclusos.

Publique-se. Intime-se.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS

Relator

